# PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

# PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

# ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

# O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

**Flávia Biroli** (presidente Abcp)

**Fernando Guarnieri** (secretário executivo)

**Luciana Tatagiba** (secretaria adjunta)

**Diretoria ABCP 2018-2020**

# NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

**Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política**

# Nota introdutória

## LUCIANA TATAGIBA

Eu e Rachel nos encontramos para a entrevista em sua sala, no espaço do Cesop, em um agradável final de tarde. Esse é um espaço muito familiar para mim. Desde que ingressei na Unicamp como docente escolhi a Rachel, sem que ela soubesse, como minha "tutora institucional". Foi a ela que recorri várias vezes para pedir conselhos sobre como lidar com os inúmeros problemas que enfrentamos ao assumir cargos de gestão na universidade e fora dela. Invariavelmente, encontrei a porta de sua sala aberta, uma enorme disposição para o diálogo e um bom senso incomparável.

Nessa entrevista, pudemos finalmente conversar mais longamente sobre outras coisas. Foi um grande prazer ouvi-la contar sobre sua trajetória, entender como foi que ela e seus colegas colocaram de pé organizações tão importantes para a estruturação do nosso campo disciplinar, como o Cesop e a Revista Opinião Pública; entender como era fazer Ciência Política quando ela ainda era uma jovem graduanda; como experimentou e experimenta a condição de ser mulher na academia e vários outros temas. Quem conhece a Rachel sabe do seu senso de humor, objetividade e delicadeza. E nossa entrevista foi assim, do começo ao fim, permeada de muitas risadas e afetos.

No final da entrevista, embarcamos em uma reflexão que entendo hoje central para o nosso campo disciplinar e para nossa associação: como a Ciência Política pode se colocar à altura dos desafios presentes? Como combinar o rigor do método com a criatividade na construção das perguntas e nas formas de analisar os processos sociopolíticos? Claro que não chegamos a uma resposta, mas, para mim, foi fascinante ouvir a Rachel refletir sobre essas questões.

Quando terminamos a entrevista, já estava noitinha e nos despedimos com um longo abraço. Estávamos realmente felizes com aquelas horas que passamos juntas recolhendo lembranças.

# Auto-apresentação

## RACHEL MENEGUELLO

Tenho me dedicado à pesquisa sobre partidos políticos, comportamento político e o funcionamento da democracia desde a realização do mestrado, quando defendi, em fins da década de 1980, o trabalho premiado pela Anpocs (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) sobre as origens do Partido dos Trabalhadores e a novidade de seu surgimento em plena crise dos partidos nas democracias ocidentais das décadas de 1970 e 1980. Esse trabalho foi publicado pela editora Paz e Terra em fins da década de 1980. Meu doutorado deu sequência ao estudo dos partidos, mas, nesse caso, no âmbito da dinâmica de formação dos governos no estado democrático pós-1985, dentro da relação redefinida entre os poderes executivo e legislativo. Este foi um trabalho também publicado pela editora Paz e Terra em fins da década de 1990. Minhas publicações seguiram no campo dos estudos partidários e eleitorais, e também se estenderam para a avaliação das bases da adesão ao regime democrático.

Sou professora de Ciência Política da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) desde 1986, mas antes disso fui pesquisadora do Idesp (Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais de São Paulo). O conhecimento e a experiência que adquiri no Idesp, somado ao aprendizado que tive na Universidade de Michigan contribuíram para que, em 1992, eu e colegas da Unicamp e de outras instituições fundássemos, na Unicamp, o Cesop (Centro de Estudo de Opinião Pública), um centro de pesquisas sobre a opinião pública brasileira que se tornou uma referência nacional e internacional para a preservação e a pesquisa em comportamento político e cultura política. Em seguida, esse mesmo grupo deu origem à Revista Opinião Pública em 1993, periódico do qual sou editora desde a sua fundação e que se tornou uma das principais publicações científicas na Ciência Política nacional.

O Cesop vem acolhendo várias das pesquisas que tenho desenvolvido sobre os partidos brasileiros e o funcionamento do sistema democrático. Desde 2002, coordeno o Estudo Eleitoral Brasileiro, associado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project*, coordenado pela Universidade de Michigan, uma das principais coleções de dados dessa natureza e que já completa cinco ondas de aplicação.

Minha atuação institucional na área ocorreu em âmbitos distintos: participei da diretoria da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) em quatro gestões; e em três gestões do Conselho Diretor da Alacip (*Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*); fui membro do Comitê de Avaliação da área de Ciência Política (CP) e Relações Internacionais (RI) na Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); fui e sou (2017-2020) membro do Comitê Assessor da área de CP e RI do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

A dedicação à Unicamp e à vida acadêmica continua intensa. Desde 2013, sou professora titular em Ciência Política, mantenho a atuação na graduação e na pós-graduação, e é bom ver que nos trabalhos de meus alunos e orientandos o conhecimento e a pesquisa nessas áreas se aperfeiçoam.

# Entrevista

**Luciana Tatagiba***: Rachel, em primeiro lugar, obrigada por conversar conosco sobre isso. Começamos nessa discussão da trajetória, porque, para nós, é muito importante entender qual é a sua trajetória profissional. Como você começou, de onde você vem, quais são os seus caminhos institucionais?*

**Rachel Meneguello***:* Primeiro, eu é que agradeço. É uma honra estar nessa lista de mulheres que vocês fizeram. Sou formada quase integralmente aqui pela Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]. Fiz graduação, mestrado e doutorado aqui e, no meio do doutorado, passei um período na Universidade de Michigan. Uma trajetória de graduação em Ciências Sociais na Unicamp no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 significava ter uma carga de formação marxista muito grande. Havia professores marxistas que conviviam com outras abordagens também, era híbrido. Foi muito intenso e muito bom aquele momento, principalmente aqui em um instituto que era múltiplo, pois a Economia também era parte do IFCH [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas] e isso foi muito importante porque, por exemplo, se nós liamos Marx e O Capital, era com economistas ensinando, fazendo um diálogo também com filósofos e sociólogos. Possuíamos acesso a uma leitura que as Ciências Sociais, às vezes, não faziam; a Ciência Política não era ainda estabelecida como área disciplinar – embora o curso mestrado já existisse desde meados da década de 1970. Na graduação, podíamos nos formar em modalidades: modalidades de Ciência Política, de Sociologia, de Antropologia. Era uma visão realmente interdisciplinar e havia muitos professores importantes atuando, figuras da Antropologia, da Sociologia e da Política. Por exemplo, tivemos o privilégio de estudar Antropologia com o Peter Fry, de cursar Epistemologia com Michel Debrun, de cursar disciplinas de Ciência Política com Paulo Sergio Pinheiro, Maria Hermínia [Tavares de Almeida] e Sonia Draibe, disciplinas de História com Amaral Lapa, enfim, aprender com professores de renome.

**LT**: *Não sabia que tinha sido aluna dele [Peter Fry].*

**RM***:* Fui aluna do Peter. Esse momento foi muito iluminado para quem fez graduação aqui, porque tivemos essa mistura de abordagens e visões.

**LT**: *Mas a sua graduação foi em qual período?*

**RM**: Foi de 1977 a 1980, a minha graduação coincide com uma série de movimentos políticos no país. Nunca me envolvi muito assiduamente no movimento estudantil como militante, mas me envolvi muito com o CACH [Centro Acadêmico de Ciências Humanas], que fazia grandes reuniões de debates sobre traduções de textos que não eram traduzidos oficialmente. Ficávamos discutindo os textos e havia aquela discussão política e acadêmica mesclada, esse era o meu maior envolvimento. Tinha muita mobilização aqui, foi uma época interessante, apesar de já ser na abertura mais ampla da ditadura. Muita coisa acontecia no país, inclusive as mobilizações do ABC Paulista e o surgimento de líderes sindicais importantes, do Lula, do PT [Partido dos Trabalhadores] e quando surgem os novos partidos, principalmente o PT, vários professores se voltaram para entender o que estava acontecendo. Nós tínhamos aulas de Filosofia muito importantes com vários filósofos, já mencionei Michel Debrun, mas também o Luis Orlandi. Buscávamos entender o processo político sob outras abordagens, não só a marxista, e foi muito bom como formação inicial de um aluno de graduação, pois era algo híbrido. O interesse por estudar partido político surgiu daí. Na graduação, tive uma

experiência importante com a disciplina de Metodologia em Ciências Sociais realizada pelo Plínio Dentzien, professor da Sociologia. Alguns centros de pesquisa e pesquisadores faziam pesquisas acadêmicas eleitorais naquele período e o Plínio conduziu a pesquisa em Campinas na eleição de 1978, esse foi o meu ingresso no mundo dos métodos e pesquisas tipo survey. Fui a campo em Campinas aplicar os questionários do Idesp [Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo], todos os alunos foram, e essa foi a minha introdução no campo de estudos do comportamento político, comportamento eleitoral que, depois, associei ao estudo dos partidos políticos. O meu interesse em estudar o PT veio quase imediatamente ao decidir seguir no mestrado na Unicamp. Havia dois professores interessados em trabalhar com isso: o Paulo Sérgio Pinheiro e a Maria Hermínia, que trabalharam aqui no IFCH antes de irem para a USP [Universidade de São Paulo]. Estou sendo repetitiva, mas minha graduação foi muito boa mesmo, porque faz diferença saber para que lugar você vai, para onde vai, o que vai estudar, as pessoas que são referências... Faz diferença.

**LT**: *Já eram referências àquela altura.*

**RM**: A Maria Hermínia defendeu o doutorado dela com [Francisco] Weffort sobre sindicalismo naquele período – ela defendeu em 1978, se não me engano – e era nossa professora. Naquela época, você podia ser professora nessa condição de não doutor. E eram pessoas que tinham uma vida acadêmica e convivência muito intensas. Tínhamos seminários fantásticos ministrados por pessoas de fora da Unicamp, intelectuais de outros países. Decidi apresentar o projeto sobre o PT para fazer a pós-graduação e a Maria Hermínia falou: "Vou trabalhar com você, vamos trabalhar juntas". Fiz a seleção – não havia prova na época, era entrevista –, apresentei o projeto que nem sei se era tão bom, mas, de qualquer maneira, o tema era muito bom. Consegui ingressar no mestrado e ela ficou sendo minha orientadora. A Maria Hermínia não era da área de partidos, era da área de movimentos sociais, sindicalismo e foi me conduzindo para estudar um pouco com essa visão. No meio dessa trajetória, por conta da exigência do mestrado da disciplina de metodologia – e não tínhamos uma grade muito bem formada, nem professores que trabalhassem devidamente a área de metodologia –fui realizar essa disciplina na PUC [Pontifícia Universidade Católica] de São Paulo com o Bolívar [Lamounier], que era um dos principais pesquisadores naquele momento que trabalha com surveys sobre comportamento político. Ia para São Paulo duas vezes por semana ter aulas com ele de metodologia e assim conheci o Idesp, pois, além de dar aulas na PUC, Bolívar era diretor do Idesp. Logo em seguida, ocorreriam as eleições de 1982 e o Idesp era a instituição que concentrava estudos nessa área de comportamento, partidos e eleições. Na mesma época, havia esforços importantes de pesquisa realizados pelo Cedec [Centro de Estudos de Cultura Contemporânea], na área de cultura política e movimentos sociais, destacadas com a produção do Weffort e do [José Álvaro] Moisés. Participei do survey da cidade de São Paulo – aquilo que comecei em 1978 aqui em Campinas, fui fazer, lá em 1982, ou seja, aplicar questionários, aprender a fazer banco de dados... – e foi nesse momento que conheci colegas que hoje estão na academia como o José Antonio Cheibub, o Fernando Limongie a Elizabeth Balbachevsky que trabalhavam lá. Vários de nós se concentraram em aprender a fazer pesquisa de campo na área de Ciência Política, estudos eleitorais, comportamento político. Ali tive acesso a uma bibliografia e a seminários específicos que não havia na Unicamp, além de uma visão sobre o campo de estudos partidários. Mas, no Idesp, tive acesso a uma bibliografia internacional, nacional, além do estímulo do próprio Bolívar, que era alguém da área que já produzia muito nesse campo; e isso me abriu o caminho para estudar partidos e eleições. Foi com uma combinação entre a formação daqui e o campo específico encontrado no Idesp que a minha dissertação de mestrado foi se desenhando. Foi no Idesp que conheci a Maria Tereza Sadek, que estava fazendo seu doutorado naquela época, a Maria D'Alva Kinzo, a Carmute [Maria do Carmo Campello de Souza], o Marcus Figueiredo, que naquele período

mudou do Rio para São Paulo... O Idesp era um centro em que essas várias pessoas da USP, desse campo de conhecimento, se concentravam para fazer pesquisa. Havia financiamento de fundações internacionais e nacionais para projetos em que atuávamos... O meu mestrado se construiu assim, nessa combinação entre a formação que tive no Idesp e a formação toda, a base, que tinha daqui da Unicamp. Na Anpocs [Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] desse ano de 2018, houve o evento para o qual fui convidada – "Conversa com a autora" – e alguém perguntou como era a minha relação com a minha orientadora de mestrado e falei: "Toda relação com orientadora de mestrado não é fácil, não é uma coisa tão fácil". Mas com a Maria Hermínia foi interessante, porque ela tinha um rigor incrível. Eu havia terminado de escrever a dissertação em 1986, estava pronta para entregar, quando a Margaret Keck havia acabado de defender o seu doutorado nos Estados Unidos – que também é uma tese inicial sobre o PT, só que da ótica do movimento social e do sindicalismo, não da ótica do partido político e da organização, que era o meu caso – e a Maria Hermínia foi taxativa ao dizer que eu não tinha acabado, pois tinha que ler a tese da Margaret Keck e incorporar o que houvesse para aperfeiçoar minha dissertação. Aí falei: "Mas, Maria Hermínia, está pronta!" e ela disse: "Não, não está. Você vai lá, lê, faz e volta". Fui, li e incorporei muita coisa da tese, e isso foi excelente.

**LT**: *O seu mestrado você realizou em qual período?*

**RM**: Foi do final de 1981, início de 1982, até 1987. Foi um mestrado longuíssimo, com bolsa da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]. Defendi o mestrado, mas antes disso, da defesa, a minha trajetória começa a se confundir com a de professora da Unicamp. Em 1984, no meio do meu mestrado, o conjunto de Ciência Política – chamava-se 'conjunto' porque era uma parte do departamento de Ciências Sociais – abriu um processo seletivo para professor que foi exaustivo, os processos seletivos naquele período podiam ser realizados por pessoas apenas graduadas. Havia mais de 80 candidatos, fizemos uma prova teórica e desses 80 saíram 40 que foram para uma prova sobre política brasileira e, dessa etapa, saíram os entrevistáveis. Nesse concurso, fomos selecionadas como professoras da Ciência Política a Maria Helena Guimarães de Castro, a Angela Araújo e eu mesma.

**LT**: *A Angela Araújo foi do mesmo concurso?*

**RM**: A Angela entra nesse mesmo processo que eu, nenhuma de nós tinha mestrado. Apesar de ser aprovada em 1984, apenas ingressei em 1986, dois anos depois. Depois, quando foi promulgada a nova Constituição Federal e a Paulista, por ter ingressado em 1986, prestei novo concurso cinco anos depois, em 1991, como parte das novas regras de inserção no serviço público. Resumindo: tornei-me professora sem ter feito o mestrado ainda e fui efetivada nos quadros da Unicamp sem ter feito ainda o doutorado, que iniciei em 1989.

**LT**: *O seu livro sobre o PT vem antes do doutorado?*

**RM**: Vem antes, em 1989, e após ter ganho, em 1988, a premiação pela Anpocs de melhor dissertação de mestrado.

**LT:** *É importante esse livro, virou uma referência. Você poderia falar um pouquinho sobre ele?*

**RM**: Virou referência, porque foi o primeiro trabalho sobre o PT no país. Ele possui uma abordagem múltipla metodológica, vai da pesquisa documental para o survey, para as entrevistas qualitativas... Tem um referencial teórico que abordava o movimento político, o movimento social e a construção partidária. Em plena fase em que os partidos estavam em crise como forma de organização política

no mundo, apresentei uma tese baseada na teoria da organização partidária clássica para apresentar o PT como novidade. Virou uma referência e ganhei o prêmio da Anpocs com destaque pela abordagem múltipla, inclusive metodológica, para entender partidos. A editora Paz e Terra quis publicar, a Erundina havia acabado de ganhar a eleição em São Paulo e o livro recebeu um posfácio que abordou a eleição de 1988. Foi uma oportuna convergência de fatores.

**LT**: *Foi o momento certo.*

**RM**: Foi o momento certo de muita coisa. O livro tem um posfácio falando um pouco de São Paulo e da Erundina, que havia ganho a eleição.

**LT**: *E a pouco tempo da campanha presidencial...*

**RM**: É, mas o livro saiu em 1989, antes da eleição.

**LT**: *Exatamente, tem todo um contexto de ebulição...*

**RM**: Ah sim, de ebulição do assunto. Era o assunto do momento e foi bacana. O livro é muito acadêmico, o que é dito no prefácio que o Paulo Sérgio Pinheiro fez. Ele diz que é um tema absolutamente político, atual, que pode ser tratado de "n" formas, mas que está sendo tratado, ali, de forma acadêmica. Essa fase da construção da trajetória foi muito boa, porque começamos bem.

**LT**: *Ele que te posiciona.*

**RM**: Ele me posiciona, dá uma referência para esse campo de estudo. Como mencionei, já estava dando aula quando entrei para o doutorado aqui na Unicamp. Decidi fazer o doutorado em Ciências Sociais, porque não havia, ainda, o de Ciência Política. Quem me orientou foi o Vilmar [Evangelista Faria] e, de novo, na linha dos estudos partidários, a relação entre partidos e governos. Demorei no doutorado para dar conta desse tema, porque eu atuava em dois temas: o dos partidos e o da cultura política; mas sempre estive muito mais alinhada com o campo dos partidos.

**LT**: *É uma certa obsessão (risos).*

**RM**: É uma certa obsessão (risos). Minha tese dirigiu-se a entender a relação entre partidos e governos no início da democratização. O tema foi fruto de um projeto internacional. Por conta da participação em congressos, acabei fazendo parte de um grupo de pesquisas no México sobre as transições na América Latina. Esse grupo mexicano com quem trabalhei algum tempo – trabalhamos muito com o tema da transição e produzi um trabalho sobre a transição já no início dos anos de 1990 –, estudava a questão do governo partidário, o seu significado na construção desses novos cenários democráticos. Tive acesso a uma bibliografia não só latino-americana, mas também europeia, que deu início a esta discussão. Trouxe a discussão para o caso brasileiro e o estudo dos governos iniciais da Nova República, logo no início da redemocratização até o finalzinho do Governo Fernando Henrique [Cardoso]. Essa é minha tese de doutorado, publicada em 1998 também pela editora Paz e Terra. Nesse meio tempo, tem mais coisas institucionais acontecendo, a minha trajetória é muito misturada com a construção de algumas coisas na Unicamp. O período do meu doutoramento coincide com a formação do Cesop [Centro de Estudos de Opinião Pública] e a formação da Revista Opinião Pública. O processo de formação do Cesop tem início já em 1991, quando nós – basicamente eu e o Plinio Dentzien – recebemos a visita do Roper Center, que veio ao Brasil para procurar uma instituição que pudesse fazer parte do Latin American Survey Data Bank, Banco de Dados Latino-americano, que eles queriam montar sobre o comportamento político.

**LT**: *Isso quando exatamente?*

**RM**: Em 1991.

**LT**: *Começando o doutorado.*

**RM**: Começando o doutorado. O Roper Center veio à Unicamp pela junção de fatores, havia pesquisadores que trabalhavam com comportamento político e a Unicamp, naquele momento, era uma das instituições do país que possuía condições estruturais para viabilizar acesso remoto a dados.

**LT**: *Que ótimo.*

**RM**: Vieram para cá e, é óbvio, nos interessamos pelo projeto – e já tínhamos o acesso remoto aos dados, viabilizado, inclusive, para outros centros de pesquisa na área de humanas, como o Nepo [Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó"] e o Nepp [Núcleo de Estudos de Políticas Públicas], que à época funcionavam nesse prédio em que estamos. Nós passamos a usar a estrutura de acesso aos dados e demos inicio ao projeto, que depois estimulou a formação do Cesop.

**LT**: *"Nós", nesse caso, era você...*

**RM**: "Nós" éramos, aqui da Unicamp, eu, o Plínio, o Vilmar e o Fernando Lourenço, também da Sociologia... Participantes desse novo convênio éramos só eu e o Plínio, mas ele dá origem para pensar o Cesop, dá origem também por causa da Anpocs. Por que estou lembrando disso tudo? Porque...

**LT**: *Por causa do prêmio da Anpocs?*

**RM**: Não, por causa do GT [Grupo de Trabalho] de partidos. Porque o GT de partidos da Anpocs agregava muitos pesquisadores dessa área motivados pelo tema da construção democrática. Estamos falando de fins da década de 1980 e inicio de 1990. Inclusive, o Örjan Olsén, que na época era o diretor do Ibope [Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística], fazia parte desse grupo apresentando e analisando dados de pesquisas sobre a democracia brasileira e o papel de opinião pública na transição. Isso sempre entusiasmou muito o Vilmar que, por exemplo, queria montar no Governo Federal, quando foi assessorar o Fernando Henrique, alguma coisa que fizesse um pouco essa ponte entre a questão de opinião, ou das demandas, e das políticas. No projeto original do Cesop, o Vilmar foi um pesquisador central. Mas voltando ao GT da Anpocs, o Olsén tinha uma preocupação enorme, porque o Ibope, que existe desde os anos 1940, tinha, no Rio de Janeiro, um acervo de livros e relatórios impressos em papel de seda, encadernados, que os pesquisadores estrangeiros tinham acesso, mas vários tinham sido perdidos. E ele decidiu que deveria trazer esse material para São Paulo e dar um destino mais institucional e permanente. Esse destino foi o AEL [Arquivo Edgard Leuenroth], aqui do IFCH. Em 1989, eu já com três anos de ingresso na universidade como professora, me tornei diretora associada do AEL, o diretor era o Cláudio Batalha do departamento de História, e trouxemos todo o acervo histórico do Ibope para a Unicamp.

**LT**: *Deixa só voltar aqui. Esse GT de partidos era de quando mais ou menos?*

**RM**: Ele é desde sempre. O GT de partidos é um dos primeiros da Anpocs. Participei dele como aluna, acho que desde 1982, mas ele já existia. Tinha o Olavo Brasil de Lima Júnior, a Maria Vitória Benevides, que tinha acabado de fazer o livro sobre a UDN [União Democrática Nacional], o Bolívar

Lamounier, a Maria D'Alva Kinzo, que estudava o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], muitos pesquisadores dessa área. Mas nesse momento do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, vem essa proposta do Ibope de doar esse material para a Unicamp, porque precisava ficar em um lugar seguro e que tivesse futuro de preservação e consulta para toda essa coleção – e, de fato, é uma das coleções mais consultadas. Eu estava na direção do AEL e aproveitei o momento para buscar. Era tudo muito pouco institucional, porque peguei meu carro e fui buscar um monte de coisas antes mesmo de eles mandarem os caminhões com o material para o AEL, que naquela época era aqui embaixo do prédio da administração. Isso estimulou que pensássemos na proposta de formar o Cesop, para buscar, organizar e dar acesso a pesquisas a partir do início da democratização. Nós tínhamos um acervo histórico enorme em nossas mãos na universidade e havia essa vontade de dar continuidade à coleção a partir do início do novo período democrático. Conversamos com a reitoria sobre o Cesop e organizamos. Mas não podia ser uma coisa paroquial, só da Unicamp, precisávamos trazer pessoas que entendessem do assunto. Sendo assim, trouxemos vários pesquisadores de outras universidades e centros para o Conselho Consultivo do Cesop, inclusive representantes das principais empresas de pesquisa – Ibope e Datafolha – e foi bom para o Cesop. É importante avaliar o quanto a universidade deu abertura para isso, a Unicamp deu muita abertura. Eu não era doutora, os processos não eram institucionalizados, havia um monte de coisas suspensas ainda... E era assim: você toma o projeto nas mãos, vira coordenadora, aprende os caminhos burocráticos da instituição etc. Comecei assim e tem um lado bom nisso: colocam um monte de coisas na sua frente e você tem que aprender. Mas as coisas também têm um lado muito trabalhoso. Não foi fácil construir o Cesop nas imediações do IFCH. Lembro que o Cesop é um centro de pesquisa ligado à administração central da universidade, mas sempre quisemos ficar nas vizinhanças do IFCH, porque nosso diálogo acadêmico estava concentrado aqui. E essa é uma história interessante. Não foi fácil porque, para muitos, pesquisas de opinião e abordagem quantitativa eram coisas da Ciência Política norte-americana e, para vários, isso era indesejável, para dizer o mínimo. Isso ocorria no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990.

**LT**: *A abordagem quantitativa na Ciência Política brasileira não estava na agenda naquele momento.*

**RM**: O quantitativo sempre foi um problema aqui. Agora não é mais uma questão central. Por isso que, durante muito tempo, quando eu ia a outras universidades, as pessoas falavam: "Rachel, não é possível que você tenha montado o Cesop na Unicamp", porque aqui era, de fato, um instituto com forte presença da tradição marxista. O ambiente não era o mais acolhedor, mas também não houve rejeição ou impedimentos para que trabalhássemos aqui. Isso depois foi mudando, mas os anos de 1990 ainda eram difíceis para ter essa convivência.

***LT**: O Cesop vai ser fundado quando?*

**RM**: Em 1992 e a Revista em 1993. Nós pensamos: como vamos criar essa área de comportamento político, de cultura política aqui? De que adianta se não tem alunos, se ninguém se interessa? Tínhamos que ter uma ação formadora, tínhamos que ter uma revista que publique, divulgue, que traduza e dê acesso a textos importantes dessa área.

**LT**: *Fala um pouco mais desse começo da revista Opinião Pública.*

**RM**: A fase original, inicial da Revista Opinião Pública é uma fase ainda amadora. Nesse início, traduzíamos as coisas para os alunos lerem, porque o inglês sempre foi um problema aqui e ainda é, claro que um problema muito menor, mas imagine isso há vinte e tantos anos. Essa é a parte inicial, a revista surge assim, como algo para estimular interesse em uma área de pesquisa que precisava

ser refundada, porque desde a década de 1970 ela havia perdido espaço na Ciência Política. Ela vai tomando, depois, um rumo próprio na Ciência Política, talvez pela área também mudar. A questão quantitativa sempre foi um ponto importante da revista. Eu me lembro de uma deliberação de comitê editorial de que nós seríamos a revista que iria publicar todas as tabelas que o artigo tivesse, porque ninguém fazia isso, ninguém publicava gráficos, ninguém queria usar páginas para muitas tabelas e números. Estamos falando de 25 anos atrás e isso fazia diferença nas revistas de Ciências Sociais. A revista, na sua versão inicial, inclusive, tinha um encarte em que apresentávamos dados do nosso banco de dados e pesquisadores que quisessem publicar e divulgar seus dados de pesquisas tinham também acesso a essa publicação.

**LT**: *Quem era o diretor do Cesop? Porque você estava no AEL.*

**RM**: Não, isso foi depois, esqueci de contar. Estava no AEL de 1989 até 1991 e veio a oportunidade de ir para Michigan participar de uma iniciativa de ensino em métodos quantitativos em Ciências Sociais para latino-americanos, coordenada pelo Peter Smith, da Universidade da Califórnia. Ganhei uma bolsa da Mellon Foundation e fui para lá. Eu já tinha tido um bom aprendizado em métodos e também sua aplicação no Idesp, mas foi lá em Michigan que aprendi métodos em estatística. Aqui na Unicamp, nós já havíamos acertado com a reitoria para fundar o Cesop, mas, como ia para Michigan, suspendemos até meu retorno. Ainda cursava o doutorado, já era professora, e minha ida foi profícua também para fazer um convênio com a Universidade de Michigan e com a Universidade de Connecticut para ter acesso aos bancos de dados deles. Quando voltei, em outubro de 1992, montamos formalmente, na Unicamp, o Cesop e ocupei a coordenação, apesar de não ser doutora ainda.  Nessa sequência toda, apenas deixei de dar aulas no período em que estive em Michigan.

**LT**: *Não queria te interromper, mas você falou em dar aula. Você havia comentado que aqui não havia tradição na área de metodologia. E sua docência vai ser então direcionada para essas disciplinas: partidos e metodologia?*

**RM**: A disciplina de partidos que assumi assim que iniciei minha vida docente é aquela em que passei mais de 25 anos na minha história curricular. Já a disciplina de metodologia para a Ciência Política vem muito depois, foi na década de 2000 que a introduzimos na grade. Havia Metodologia em Ciências Sociais, mas essa sempre foi uma cadeira da Sociologia. E nesse meio tempo todo de aulas, de Cesop, defendi o doutorado em 1996 e fui indicada pelo departamento para assumir a coordenação do mestrado em seguida – já podia, pois era doutora. Mas, nesse período, o Plínio assumiu a coordenação do Cesop. Assim começa a minha saga administrativa. Estamos conversando aqui em paralelo sobre isso, mas se fizer as contas, acho que fiquei dois ou três anos, nesses trinta e tantos, sem um envolvimento administrativo ou institucional. Durante todo esse tempo estive em algum cargo, ou na participação em comissões várias que proliferam na universidade. Durante muito tempo não havia essa formalização de processos e procedimentos que existe hoje na Unicamp, não havia certa institucionalidade, sobretudo porque a universidade também não era tão institucionalizada, só passou a ser na década de 1990. Tudo era pouco regularizado, por exemplo, eu pessoalmente pegava um processo com a pasta azul, seguia pessoalmente para falar com fulano e com sicrano para obter autorização para algo, e essa era a rotina de construção institucional. Eram coisas que você ia aprendendo com a mão na massa mesmo. Essa atuação ainda é uma coisa necessária.

**LT**: *Formalizou, mas não perdeu o espírito.*

**RM**: Isso. E as gerações novas de docentes, muito corretamente, são mais exigentes, porque o mundo mudou. Estamos modernizados, mas há coisas estruturais que não mudam e acho que isso é exemplo de algumas reclamações que fizemos sobre como tocar o barco.

**LT**: *Nessa trajetória institucional, você falou que ficou uns 2 ou 3 anos nesses 33 sem um cargo. É um forte envolvimento institucional, de fato.*

**RM**: Além da diretoria associada do AEL, passei pela coordenação de mestrado, pela chefia de departamento, pela coordenação geral da pós do IFCH, pela pró-reitoria de pós-graduação, fui da comissão de graduação, da coordenação do Cesop e de várias comissões no âmbito da universidade. Já, há alguns anos, tenho atuado na representação docente junto ao Conselho Universitário da Unicamp e, por conta de minha participação na pró-reitoria, coordenei as discussões na universidade que culminaram na apresentação ao Conselho Universitário na adoção da política de cotas étnico-raciais para os cursos da graduação da Unicamp, acho que esta foi uma boa contribuição do meu envolvimento na universidade. Mas acho que há mais coisa para contar sobre interesse de pesquisa. Nesse meio tempo, e na questão da metodologia, um lugar em que nós atuamos – e que ocupou por um bom momento uma parte importante do meu interesse – foi o Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira] quando a nossa colega Maria Helena Castro foi para a presidência dessa instituição na época do Paulo Renato [Souza]– ex-reitor da Unicamp – como Ministro da Educação. E foi naquele momento de muitas iniciativas como, por exemplo, os sistemas de avaliações, que o Inep nos procurou para colaborar na elaboração de questionários socioeconômicos e culturais para aplicação no Saeb [Sistema de Avaliação da Educação Básica] e Enem [Exame Nacional do Ensino Médio].

**LT***: Quando mesmo?*

**RM**: A Maria Helena foi para lá em 1996, se não me engano, mas isso deve ter começado em 1998. Comecei a ter interesse sobre o perfil do alunado, do desempenho, como a condição socioeconômica e cultural impacta sobre uma série de fatores no cenário nacional de educação. Comecei a me interessar muito por isso e continuamos nossa colaboração. Construímos os bancos de dados socioeconômicos aqui; e fazíamos os instrumentos de coleta de dados – os questionários – e os relatórios analíticos. Não estamos falando das avaliações de educação, porque isso era o domínio do Inep, mas das avaliações sociológicas.

**LT**: *Isso "ontem".*

**RM**: É, isso faz menos de 20 anos. Fizemos todo o acervo inicial do Enem, de todos os anos, fazíamos uma série de análises. E também do antigo Provão e do Saeb. Gostei muito dessa fase porque abordava em termos práticos a política pública da educação, e aprofundava o enfoque na metodologia de pesquisa. Foi uma fase em que me dediquei a mais coisas além de partidos e eleições, as áreas às quais sempre me dediquei. Além dessas áreas, em dado momento comecei a enveredar mais para a questão da construção democrática e da análise de democracia, que vem tomando a minha atenção nos últimos anos, seja nas relações acadêmicas com colegas de outros países, seja coordenando o convênio que, no Brasil, se chama Eseb [Estudo Eleitoral Brasileiro], mas é o Comparative Study of Electoral Systems Project (CSES) que temos desde 2002. Essa é uma coleção importante e isso é algo interessante de chamar a atenção, porque deu continuidade à produção de estudos eleitorais que tiveram origem nos esforços do Bolívar nos anos 1970 e 1980, do Fábio Wanderley Reis, do Olavo Brasil, o Helgio Trindade, o Glaucio Soares, alguns dos principais fundadores desse campo. E, a partir de 2002, conseguimos, inclusive por intermédio do Vilmar,

recursos da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] para essa iniciativa de projeto nacional, que foi o primeiro Eseb. Depois, nas ondas seguintes, obtivemos recursos do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e Fapesp, e temos já cinco ondas da pesquisa, todas realizadas após as eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. O Eseb virou uma referência, porque demos continuidade à tradição de produzir pesquisas acadêmicas e estudar a cultura política, a democracia e as eleições. Essa é outra questão – o banco de dados – que pontua a oportunidade, a importância do que fazemos, porque nessa reunião da Anpocs que houve agora em 2018, como já mencionei, nessa "Conversa com a autora", um colega comentou: "Quero chamar atenção para uma coisa, vou dar um testemunho. Vocês não fazem ideia da importância que foi, anos atrás, há mais de 10 ou 15 anos, precisar ter acesso a dados internacionais, solicitar a vocês e vocês mandarem na semana seguinte para nós o CD com tudo". Normalmente, naquela época, não se tinha essa facilidade, mas nós tínhamos a facilidade de acesso e a disposição para distribuição dos dados nacionais e dados internacionais. E comentei com esse colega na reunião que isso advinha da experiência que se adquire recebendo muitos "nãos" durante a trajetória de pesquisa, porque há pesquisadores que seguram os dados e que liberam apenas muito tempo depois, e essa é uma característica oposta conhecida do Cesop: tudo que está lá é público, pode acessar, mandamos no dia seguinte, e agora já temos um sistema de acesso direto. Não funciona assim em outros lugares, principalmente no exterior. Isso vem melhorando ao longo do tempo, mas você ainda precisa de um convênio pago para acesso internacional, ou precisa que o autor de uma pesquisa tenha a disposição de sair de cima dos dados e emprestar, porque eles não saem até publicarem muitos livros e a hora que você tem acesso aos dados já passou o momento. Nós nunca fizemos isso. Também destaco a importância de produzir fontes de pesquisa. Se eu tivesse que resumir onde foi que dediquei boa parte dos anos aqui no Cesop, diria que foi na produção de fontes de pesquisa e na disponibilização dessas fontes para as pessoas produzirem.

**LT**: *Você já falou um pouco das suas redes de pesquisa, mas especificamente em relação ao Eseb, quem eram os parceiros?*

**RM**: Essa é uma rede interessante, porque são professores de vários países muito distintos – que vão desde a Europa do Leste até os colegas da América Latina, americanos, Europa ocidental – discutindo questões que dizem respeito a entender o comportamento dos indivíduos nos regimes democráticos e a capacidade dos sistemas representativos. É uma pesquisa periódica regular; atualmente, o módulo internacional comum da pesquisa de 2018 tratado populismo, um fenômeno identificado em vários lugares e claramente também aqui. O convênio desenvolve discussões, seja através de documentos ou de reuniões anuais, que dão uma visão sobre como esses processos acontecem em outros lugares, seja produzindo dados em surveys nacionais, e isso é muito bom. Essa é a rede que, nesse momento, mais participo.

**LT**: *Pensando daqui para frente, quais serão seus investimentos de pesquisa?*

**RM**: Agora, em 2018, começamos um novo projeto temático Fapesp, eu e o [José Álvaro] Moisés da USP – que também tem uma produção importante nessa área de estudos de cultura política. O projeto é a preocupação com a representação, com a democracia, com o populismo e com as instituições de controle da democracia, fundamentalmente falando de corrupção e como isso tem afetado nosso cenário. O projeto teve início em setembro de 2018, financiou o Eseb desta eleição e faremos outra pesquisa sobre corrupção mais para frente. O meu esforço atual está aí.

**LT**: Rachel, falamos a pouco sobre o surgimento da Revista Opinião Pública. Agora, gostaria de te ouvir como editora sobre o perfil de nossa revista em relação aos periódicos da nossa Área.

**RM**: A revista é bem-sucedida e tem o melhor indicador feito pelos cálculos internacionais de acesso. Ela assumiu um papel interessante, muito provavelmente, falando um pouco dos caminhos da Ciência Política, porque a Ciência Política brasileira foi assumindo caminhos da pesquisa quantitativa em varias áreas, não é somente na área do comportamento, que sempre foi a mais original. E era nisso que eu entrava um pouco para falar da própria construção do Cesop e dos estudos eleitorais. A abordagem quantitativa foi criando essa atração... Talvez a leitura possa ser mais profunda do que essa, pois estou fazendo muito rapidamente, mas várias áreas como, por exemplo, a área de políticas públicas e a construção de banco de dados, a área dos movimentos sociais e os estudos de campo foram tendo, na revista Opinião Pública, um caminho de desenvolvimento e divulgação.

**LT**: *Os estudos de participação encontraram aqui um espaço muito forte.*

**RM**: Participação, políticas públicas e partidos e eleições tomaram um pouco a revista como um lugar acolhedor para tudo isso e com publicações muito qualificadas. Entramos no SciELO, a Biblioteca Eletrônica Científica Online, no ano 2000 e foi quando a visibilidade aumentou muito, foi quando ela começou, de fato, a crescer. Entre 1993 e 2000, a revista foi se constituindo em uma área, talvez, mais fechada, porém, de 2000 para frente, que foi o momento da SciELO, se expandiu. Acho que é possível dizer que só teoria política mesmo em sua forma ampla não tem espaço na revista, embora tenhamos trabalhos de teoria nas áreas em que atuamos. A teoria da representação, da comunicação e a teoria da opinião pública têm espaço na revista, óbvio, não é revista de números, mas foi assumindo esse lugar. Sou editora da Opinião Pública há 25 anos. É muito tempo, mas isso conforma um caminho para a revista continuar.

**LT**: *E você vê mudanças importantes que seriam necessárias na revista? Você falou que grande parte do êxito da Opinião Pública tem a ver com o fato de que vai caminhando junto às mudanças da própria área.*

**RM**: Acho que é uma coisa de sintonia, não creio que a nossa revista deva mudar nesse aspecto, a nossa Ciência Política é que tem que produzir mais coisas diferentes como revistas, como veículos variados de divulgação científica. Por exemplo, a Ciência Política precisa de uma revista de teoria mais estabelecida. Já fizemos uma discussão desse tipo entre editores, seria preciso repensar algumas coisas. A Opinião Pública não tem a menor intenção de ser hegemônica e única para isso, porque não é assim que funciona a produção científica. De toda maneira, ela foi acolhendo essas mudanças da Ciência Política.

**LT**: *Você se envolveu em várias frentes, em várias iniciativas, todas muitos bem-sucedidas. Como você avalia o apoio financeiro e institucional que você recebeu ao longo de sua trajetória?*

**RM**: Isso houve. Para pensar no Cesop, o apoio que recebi foi muito grande. Foi como uma aposta naquela gestão da Unicamp, uma novidade e, de fato, era porque o Cesop passou a ser o único centro brasileiro e latino-americano que foi em frente na iniciativa de construir um banco de dados latino americano sobre comportamento político. Quando o Roper Center veio à Unicamp, a Venezuela já estava associada, mas o professor coordenador de lá faleceu um pouco depois e ninguém continuou o trabalho. Nós assumimos um papel muito importante, hoje temos quase cinco mil pesquisas no Cesop, e sua construção foi, de fato, um esforço coletivo. As relações acadêmicas nacionais e internacionais constituídas funcionaram como multiplicadores. Só para contar essa história, no início do Cesop os pesquisadores norte-americanos eram nossos principais pesquisadores e vinham aqui coletar dados para seus doutorados ou pesquisas sobre o Brasil, e multiplicaram as pesquisas sobre o Brasil com seus alunos. Outra coisa que é bom contar, porque é um mérito do trabalho desenvolvido, é que em 2015, na edição do Oxford Handbook of Political

Behavior, o Cesop é mencionado no capítulo sobre métodos e fontes de pesquisa como um dos bancos de dados mais importantes existentes nessa área. Fomos criando um caminho consagrado e a Unicamp, pelo menos no seu início e até muito recentemente, sempre deu apoio a muita coisa e, claro, fomos atrás de recursos. Houve uma conjunção de coisas: pessoas interessadas, outros que podiam dar conta do apoio institucional, muita disposição para a construção de iniciativas.

**LT**: *Virtù e Fortunaem um ótimo encontro.*

**RM**: Exato. E, claro, recursos para as pesquisas...

**LT**: *Isso nos leva para o nosso outro ponto: tem alguma coisa que te influencia, em termos de obras, de teorias... Você falou muito de pessoas que foram muito importantes na sua formação, não sei se quer citar mais algumas.*

**RM**: Não conseguiria citar uma obra ou um autor, porque sempre lemos muitos autores, inclusive de abordagens distintas. É muita coisa, é tudo muito contemporâneo do que você está fazendo. Para mim, não existe a iluminação de um autor ou livro. Acho isso, sobretudo, difícil para a Ciência Política, porque ela é muito dinâmica. Se quisesse escrever algo hoje sobre teoria dos partidos, posso até recuperar o que já li, mas é outra leitura, porque as coisas são muito dinâmicas. Não tem como ficar mencionando autores, mas tem como mencionar pessoas com quem compartilhei trabalhos e realizei diálogos aqui no cotidiano da universidade. Não dá para não mencionar o Plínio, a Maria Hermínia, o Bolívar, o próprio Leôncio [Martins Rodrigues], que veio para a Unicamp na época da formação do doutorado em Ciências Sociais. Com relação ao Leôncio, viramos parceiros de cursos, dividíamos as turmas da disciplina de teoria dos partidos políticos, nós discutíamos muito. A minha trajetória coincide com a trajetória da construção de algumas coisas na universidade, que aproveitei como aluna e aproveito como docente. É uma boa coincidência.

**LT**: *Você citou o livro, lá atrás, depois falou da revista, do Cesop como momentos que foram...*

**RM**: Marcos...

**LT**: *É, tive essa impressão. O livro é o que te apresenta para a academia brasileira, sendo laureada com um prêmio da Anpocs. Depois o Cesop...*

**RM**: Não, nesse meio tempo, entre uma coisa e outra, tenho meu doutorado que vira livro e também vira referência no tema de partidos e governos. Mas ele é uma sequência da trajetória. Depois vem o Cesop e a revista.

**LT**: *Bem, vamos agora passar para o segundo momento de nossa entrevista que é onde buscamos compreender melhor como nossas entrevistadas vivenciaram a relação entre vida acadêmica e vida privada.*

**RM**: Penso o seguinte: vejo minhas colegas que são mães, você, por exemplo, e isso toma um tempo muito grande. Não tive esse volume de tempo ocupado por filhos. Essa dificuldade que existe, certamente, e é um obstáculo para a trajetória de várias pessoas, que pode chegar a atrapalhar a carreira de muitas, eu não tive, o que pode ter facilitado. O fato de eu ser mulher atrapalhou minha trajetória? No 'atacado', não penso que atrapalhou. No 'varejo', nas pequenas coisas, nas situações cotidianas de trabalho, pode atrapalhar sim. Os mundos ainda são masculinos na sua predominância, há preconceitos, as deliberações são mais masculinas, o tom de voz precisa mudar para ser ouvida. Você percebe isso, você sente. E percebe que tem que falar com a voz mais alta, que

tem que se impor. Quando você segue uma trajetória exitosa, mas isolada, sem ocupar espaços de poder, talvez isso não ocorra, mas quando você decide participar de outras esferas e espaços, isso é muito evidente. Isso existe e não é eliminado ou diminuído mesmo depois de um tempo de carreira.

**LT**: *Em que momentos específicos você – que tem uma trajetória de muito sucesso, muito consolidada – sentiu que ser mulher fez diferença?*

**RM**: Não tenho exemplos detalhados. Mas a correlação desigual de forças é muito perceptível nos espaços de poder, como nas instâncias superiores da universidade. Há momentos em que você pode sempre apelar para a sua autoridade de trajetória, mas tem momentos em que isso não é um argumento, porque às vezes os níveis são semelhantes. Esses podem ser momentos de proeminência masculina. Isso ainda existe e acho que vai existir sim, porque é tudo muito masculino ainda. Mas talvez seja menos que outras áreas.

**LT**: *Quer dizer, na Ciência Política seja menos que em outras áreas?*

**RM**: Acho que é menos do que em áreas duras, por exemplo. Já faz um tempinho, por causa da ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política], peguei um dado aqui na Unicamp para falar sobre construção da trajetória das mulheres titulares. A porcentagem de mulheres titulares nas Ciências Exatas é muito menor do que nas Ciências Humanas e, na Unicamp, é uma porcentagem muito pequena, porque você tem que brigar por uma vaga no departamento, tem que chegar lá antes. É possível que como homem, o docente teve mais tempo, por isso tem, por exemplo, cinco artigos e não dois naquele período, e para algumas áreas isso é fundamental. Você tem um índice "x" menor, porque ficou cuidando de crianças, portanto você que está por conta dos critérios da congregação no concurso para titular e, com isso, vai ficando para trás, porque as regras priorizam aspectos que podem ser perversos.

**LT**: *E o debate de gênero que vem aparecendo no mundo do trabalho, inclusive nas instituições, com cota, denúncias de assédio. Como você vê esse debate?*

**RM**: Estão questões estão colocadas hoje e, ainda bem, estão colocadas bem. Em minha época de aluna, assédio de professor a aluna havia muitos! Mas isso não era uma questão a ser colocada em outras instâncias. Estamos falando de algumas décadas atrás...

**LT**: *Às vezes nem era vista como assédio.*

**RM**: Pois é, às vezes nem era visto com esse termo. Faz parte de algo que pode acontecer e, se você não quer, se afasta, porque parecia natural que ocorresse. Não era algo errado para você ter que ir lá e denunciar. Isso hoje está colocado com muito mais informação. Mas, naquele tempo, não havia essa relação com esse problema. Pelo menos no ambiente em que me graduei.

**LT**: *Lembro da minha própria graduação. Acontecia, mas não havia o enquadramento para definir.*

**RM**: Se você não aceitava qualquer coisa, você se afastava de um professor, de alguém. Não era algo para tornar uma questão. Era um comportamento que...

***LT**: Saía do grupo de pesquisa, parava de fazer determinada coisa, abria mão de certas experiências...*

**RM**: É, exatamente. Hoje há outra forma de tratar, e faz todo sentido. Não sei avaliar com precisão o quanto é recorrente depois que virou uma questão pública.

**LT**: *E ainda bem que virou uma questão.*

**RM**: Ainda bem que virou uma questão. Mas continua recorrente.

**LT**: *Você falou que em determinados momentos teve que falar mais alto, mas no sentido de ser bloqueado o caminho pelo fato de ser mulher, de forma mais efetiva...*

**RM**: Não, bloquear o caminho não. Realmente, não me deparei com isso, talvez por ter construído uma trajetória em um campo aberto, não sei, mas falar mais alto para vencer com argumentos em discussões em que a relação de forças é mais próxima. Mas, em geral, foi tudo uma confluência de fatores, me relacionando e trabalhando com pessoas bacanas.

**LT**: *Você teve um caminho florido, digamos assim.*

**RM**: Também não é tanto assim... Mas não vou reclamar.

**LT**: *Comentávamos, em outra ocasião, sobre os caminhos da academia, especificamente do campo da Ciência Política nas últimas décadas, olhando para o desenvolvimento da área. Essa é uma questão importante, inclusive pensando em termos de nossa associação. Como você vê o desenvolvimento da Ciência Política nessas últimas décadas e como pensa o futuro do campo?*

**RM**: Para as últimas décadas, não sei se consigo explicar direito aqui, mas como vejo hoje: a Ciência Política conseguiu se estabelecer, consolidou a disciplina em termos de formação de recursos humanos e acho que, para isso, as gestões da área na Capes foram muito importantes. O que nunca tivemos durante muito tempo, hoje há no Norte no Nordeste, foi a constituição de áreas de pesquisa, de formação de recursos humanos espalhados no país. Acho que isso vem desde a época do Leonardo Avritzer, passa pelo [André] Marenco, agora está com nova gestão. Não entendo que tudo ocorra bem nesses muitos lugares, com recursos e condições adequadas, acho que a implantação é boa, óbvio, mas precisa ter quadros mais maduros. Tem lugares muitos jovens; tem lugares que, às vezes, não conseguem muito sucesso; os programas são criados e depois fechados... Tudo isso são problemas de constituição, cabe atenção da área para isso, mas temos tido esse cuidado. Sobre a produção, vou fazer duas análises. Uma é essa que vejo por causa da minha participação no comitê assessor do CNPq. Estamos em uma fase fraca de criatividade. As coisas, às vezes, estão "dando a volta no próprio rabo" nos estudos das instituições, nos estudos dos partidos, nas políticas públicas... Não há real inovação nos temas de pesquisa. Creio que é fruto do momento e das formas como nossa disciplina procura intervir. Vou ver se consigo fazer o paralelo com a situação de alguns anos atrás. Como era um momento em que havia muita inovação no estado, nas ações de estado, na área de políticas públicas, nas mobilizações sociais, por exemplo, havia muita coisa nova acontecendo para estudar, muitas questões novas, como o caso das conferências, das políticas públicas, dos aspectos da desigualdade... Hoje, as temáticas procuram intervir menos com respostas sobre as deficiências da realidade política e institucional, assim como no campo teórico.

**LT**: *Será que a ausência de uma revista tem parte nisso?*

**RM**: Não sei ao certo. Falo com a experiência da minha participação no comitê assessor de Ciência Política do CNPq. Se você tomar a lista de projetos que vai para o CNPq, ou de propostas de bolsa produtividade, há uma porcentagem de propostas na área de teoria muito pequena. É certo que se passou a ter certo domínio do mainstream da Ciência Política, mas é isso que faz com que a disciplina fique "girando em torno do próprio rabo", não há coisas muito inovadoras. Há centros no país que produzem coisas muito boas. Tome, por exemplo, o Centro de Estudos da Metrópole [CEM],

há coisas muito importantes feitas no campo da desigualdade, na política urbana. Os pesquisadores estão produzindo muito, mas são centros, ou seja, as coisas estão fluindo muito mais em centros de pesquisa, do que nos programas. E disso faço outra análise – talvez precise elaborar mais, mas já dá para fazer. Por conta da perversidade da Capes, da avaliação dos programas, da pontuação dos artigos, aquela dinâmica de "vamos publicar 'naquela' revista", os programas, às vezes, mudam um pouco as suas linhas históricas de produção para dar vazão para publicar nas revistas mais bem classificadas. Suponhamos que você tenha um programa que seja mais teórico, que seja voltado para tal área. Por motivos de avaliação e pontuação, às vezes, você começa a mudar a linha de pesquisa do seu aluno e a sua para poder escrever alguma coisa que seja aceita pelo comitê da revista tal, porque ela é A1 ou A2... A maneira como o Qualis está definido hoje, e como a avaliação da pós-graduação se define, estão impondo mudanças na produção de programas e não deveria ser assim. O cenário pode piorar ainda mais se, de fato, houver a mudança para o Qualis unificado.

**LT**: *Mas você acha que isso tem a ver com o que você colocou sobre...*

**RM**: Isso tem a ver com a busca de indicadores de avaliação.

**LT**: *Não, tudo bem, mas você acha que é de onde vêm os problemas? Por exemplo, você falou de uma baixa criatividade...*

**RM**: As coisas estão vinculadas, mas falei especificamente sobre o estímulo dirigido para a produção científica e seu fluxo para publicação.

**LT**: *Entendi. Vamos desenvolver essa coisa da criatividade: uma vez o Valeriano [Mendes Ferreira Costa] disse, em uma conversa, que Ciência Política tinha perdido a capacidade de explicar processos. Achei interessante. Segundo ele estamos falando cada vez menos sobre poder e conflito e mais sobre como funciona: você pega uma situação dada, entende como funciona lá dentro, olhando para dentro do mecanismo de operação, mas não os fatores externos que produziram o fenômeno. Achei interessante, é um pouco disso que está falando?*

**RM**: É, creio que é isso. Interessante o Valeriano estar falando isso, gostei. Nós não estamos explicando. Não sei o quanto já explicamos, porque a Ciência Política vai se adequando à observação dos processos prontos e como delineiam o Estado, a política pública, as instituições, a sociedade. E a falta de criatividade está, em boa medida, no fato de que os trabalhos e pesquisas repetem questões respondidas de uma forma, apresentadas para responder de outra forma, mas sem uma reflexão mais desenvolvida para encontrar distinções ou resultados novos.

**LT**: *Pois é, acho que vincula as duas coisas que você estava falando, porque se você faz algo criativo, muito fora disso, terá que trabalhar com elementos que não estão dados, variáveis que não estão estabelecidas e como você escreve um artigo logo depois para poder pontuar? Agora, se pegar o que domina, o que está mais ou menos estabelecido, é só testar as variáveis.*

**RM**: Pois é, se você é criativo e for pegar aspectos que ninguém nunca usou como referência, não vai produzir um artigo logo em seguida. Vai demorar muito e aí vão pegar no seu pé pela demora.

**LT**: *Exato! Você falou que não tem relação imediata entre as duas coisas, mas tem.*

**RM**: Nesse aspecto tem.

**LT**: *Porque, de fato, se você pegar algo muito criativo, até colocar aquilo de pé...*

**RM**: Dá dois, três ou quatro anos para realmente ser algo de fôlego. E ninguém não vai pegar no seu pé? "Por que você não publicou no A1, no A2?". Esse ritmo, para nós, é muito perverso. Tudo bem que as novas gerações – os colegas com 30, 40 anos – já vêm com outra dinâmica de trabalho e velocidade. Mas, outro dia, recebemos na nossa revista um parecer de um artigo que era bom, mas o parecerista começava a escrever assim: "Esse artigo se situa na linha do que venho visto ultimamente, o autor escreve dois parágrafos sobre as grandes referências, faz uma pequena elaboração e traz tabelas, traz um monte de dados quantitativos e tira conclusões". Ou seja, não pensa ou faz reflexão sobre o que está apresentando, só apresenta e aplica. E o parecerista tinha toda razão, o artigo era correto, mas era assim: falava três, quatro coisas, trazia muitos dados trabalhados com 'n' técnicas sofisticadas e poucas conclusões sobre os resultados.

**LT**: *E parece que o que temos feito ao longo do tempo é alimentar esse moinho, jogar água nele e não buscar...*

**RM**: É, não busca mudar, está apenas tocando o barco. Se qualifica, se apresenta, mas não escapa para uma inovação.

**LT**: *Ou seja, é um caminho, de certa forma, marcado por isso que você vem chamando de...*

**RM**: Um caminho escolar...

**LT**: *Escolar de baixa criatividade. Estou achando interessante você falar isso.*

**RM**: Ninguém te traz um trabalho e diz: "Olha a explicação desse fenômeno político é o que importa. Vamos tratar disso aqui". Mas isso não é só de nossa área, vários reclamam disso. Talvez esteja falando de coisas que todos já saibam. Não houve alguém com um projeto de explicação do Brasil atual na Ciência Política e em outras áreas tal como foi, em termos comparativos, o esforço do Celso Furtado, do Caio Prado Júnior, do Sérgio Buarque. Por outro lado, a pergunta também é: mas será que dá para fazer isso? Não sei. Essa é uma boa discussão.

**LT**: *A impressão é que a urgência da explicação ficou maior agora e não estamos mais aceitando.*

**RM**: Exatamente.

**LT**: *Estava lendo, esses dias, um artigo do Gabriel Cohn – o Cedec está fazendo um boletim e havia uma entrevista dele em que ele reclamava exatamente disso que você está falando, como se estivesse todo mundo dentro da caixinha. Precisa de criatividade e uma hora ele falou que em determinados momentos, tudo bem, isso não faz falta, mas em certos momentos como agora em que você tem um estrangulamento político-cultural, a impressão é que essa coisa fica mais...*

**RM**: É que não se está contribuindo em coisa alguma para o momento.

**LT**: *Isso. Ele usou uma expressão que achei muito legal: "nesses momentos em que está tudo tão asfixiado, precisamos funcionar iguais a camundongos buscando espaço". Fiquei imaginando os camundongos assim mesmo, abrir um pouco mais. Ele reclamava disso, e isso falando um pouco da revista Lua Nova também, que ela poderia estimular um pouco mais essa...*

**RM**: A Lua Nova teve uns movimentos importantes. Sempre teve um papel importante para apresentar algumas reflexões mais densas sobre várias coisas, ter textos mais teóricos sobre a questão democrática. Acho que esteja retomando.

**LT**: *Talvez esteja faltando oportunidade institucional para criatividade. Pensando que as instituições importam, se tem a Capes que te dirige para o lado, você não tem...*

**RM**: Você não tem essa liberdade.

**LT**: *...espaços que estimulem isso, mas espaços que estimulem o artigo quadradinho.*

**RM**: Está tudo regulado, os espaços de criação estão todos regulados, de maneira que não há criação criativa.

**LT**: *Isso, talvez seja isso. E onde estaria a contra-tendência? Tem algum lugar onde você falaria que talvez tenha ali...*

***RM**: Não consigo identificar isso agora...*

**LT**: *Está tudo dominado?*

**RM**: Não, eu não parei para pensar nisso, nem para ir atrás de respostas. Não sei onde poderia surgir.

**LT**: *Falaram que não posso deixar de perguntar nada.*

**RM**: Esqueci de falar que virei livre-docente e que virei titular.

**LT**: *Falamos de trajetória, faltou de fato falar da livre-docência e da titularidade. Foi quando?*

**RM**: A titularidade foi em 2013.

**LT**: *Você vê que tem outro tempo mesmo.*

**RM**: Trabalhei muito para virar livre-docente e titular. Tanto é que fiz um comentário em uma das reuniões de departamento – e as pessoas mais jovens ficaram bravas – sobre ser livre-docente sem ser livre-docente. Porque eu havia acabado de participar de uma banca de livre-docente fora da Unicamp em que o candidato não tinha nem uma orientação de doutorado defendido. As pessoas têm orientado suas carreiras por dois motivos principais, ou porque estão espremidas por salários insuficientes, ou porque não valorizam mais a trajetória acadêmica.

**LT**: *Tinha outro sentido a formação.*

**RM**: Acho que isso acabou, a sua geração foi a última que pode aproveitar esse tempo.

**LT**: *Para mim é isso também, tem um tempo.*

**RM**: As coisas têm um tempo, mas você precisa poder aproveitá-lo.

**LT**: *Então, a titularidade foi em 2013 e a livre-docência?*

**RM**: Em 2005.

**LT**: *Em 2005. É, era outro tempo mesmo... Agora estou voltando nesse ponto da criatividade, porque ficou na minha cabeça. Você tem razão de se queixar, pois a sua trajetória foi marcada por esse processo, você estava abrindo campo. Talvez estejamos no momento de renovação.*

**RM**: Eram coisas novas. Elas brotavam, elas te alertavam para acontecer, agora as coisas não estão alertando.

**LT**: *É, mas será que alertava mesmo? Porque, veja, você estava fazendo algo novo quando o Brasil também estava mudando, era outro regime.*

**RM**: Tudo bem. Nesse caso vem a conjunção positiva de fatores, porque eu não sabia que ia acabar a minha graduação e iniciar o mestrado quando o PT estava acontecendo. Mas a atenção ao fenômeno não é automática, é preciso estar atenta a eles. Enfim, são coisas desse tipo.

**LT**: *Talvez agora, como é uma área muito empírica, quando tudo desmorona, tem outra coisa que surge. Vai ser agora o momento novo que se abre. A questão é se a Ciência Política vai se abrir, essa é um pouco a minha preocupação.*

**RM**: Vai ter muita coisa para fazer, nós saberemos dar conta disso.

**LT**: *Me parece que se continuarmos pensando como vai ser o presidencialismo de coalizão no governo Bolsonaro, aí de fato...*

**RM**: Exato, as pessoas estão dando muito pouca importância, ficando presas na regularidade e funcionamento das coisas, e não nos processos subjacentes. Ou seja, o problema não é a direita ter ganho as eleições e ter havido alternância, isso está dado pelo funcionamento do regime. O problema são as condições que acolhem essa mudança, o projeto dessa mudança e suas consequências. Ontem mesmo estava em um seminário na USP sobre a democracia e a discussão era clara sobre o fato de que não dá mais para chamar os indicadores que usamos de democracia plena. Não existe isso. Olha o que está acontecendo no mundo. Estamos em crise, mas ainda precisamos elaborar o que ocorre. Que fenômeno político é esse atual e provocado pelo quê? Alguém dirá que é o antipetismo? Que o antipetismo fez isso?

**LT**: *Não. E que Ciência Política é essa, Rachel? Você vê uma Ciência Política que esteja fazendo isso? Pensando em outros...*

**RM**: Na Anpocs, o Fábio Wanderley Reis fez uma conferência e falou algo que é para concordar, que é próprio da geração dele: "Nós temos que voltar a fazer Sociologia Política". Porque a Ciência Política não está dando conta de uma série de processos que são subjacentes, está ficando na regularidade, na busca de padrão. Acho que estamos nessa fase ruim e, quem sabe, para ter condições, em dado momento, de apresentar algo interessante.

**LT**: *Acho que falamos tudo. Rachel, foi muito legal, foi bom para mim, pessoalmente, conversar com você assim, "esmiuçar a sua vida", e vai ser muito legal compartilhar isso depois.*